



MÃES SOLTEIRAS ESCRAVAS NO LITORAL SUL-FUMINENSE, SÉCULO XIX

Marcia Cristina de Vasconcellos¹

Em 1502 os portugueses chegaram à região que receberia o nome de Angra dos Reis², na costa sul de São Sebastião do Rio de Janeiro³. Em fins do século XVI, os poucos colonos fixados dedicavam-se à produção de alimentos e de cana-de-açúcar⁴. No século XVIII, após a descoberta de ouro e de diamantes nas Minas Gerais, a saída de metais e pedras preciosas e a entrada de mercadorias e de escravos às Gerais ocorriam, até meados daquela centúria, pelo Caminho Velho ou dos Guaianazes. Segundo Antonil ia-se do Rio de Janeiro, por mar, a Parati. De Parati chegava-se a Taubaté, posteriormente, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, às roças de Garcia Rodrigues e, finalmente, ao Rio das Velhas⁵. Este movimento portuário dinamizou a vila de Parati⁶ e, indiretamente, Angra dos Reis, para onde iam os “descaminhos” do ouro. Muitos corsários circulavam pela Baía da Ilha Grande, como franceses, ingleses e holandeses, atraídos pelo metal. A coroa portuguesa, preocupada com o contrabando, autorizou a construção de um novo caminho, exclusivamente terrestre, que ligava o Rio de Janeiro e as Minas. Desta forma houve uma retração do fluxo pelo Caminho Velho, mas Parati e Angra continuaram vinculadas à “história” do ouro, pois foram abertas estradas clandestinas em direção aos portos do sul-fluminense. Ao mesmo tempo, a cultura da cana disseminou-se na região, a produção da aguardente tornou-se comum, além de arroz, feijão e mandioca.

Em fins do século XVIII, com o início da cafeicultura, novo impulso foi dado ao litoral, estando, mais uma vez, vinculado ao movimento portuário. Na medida em que os cafezais foram se espalhando pelo vale do Paraíba fluminense e paulista, os portos de Parati e, em destaque, os de Angra, tornaram-se locais de escoamento do café em direção ao Rio de Janeiro. Caminhos foram recuperados e outros foram abertos, ligando o litoral ao vale. Tropas de São João Marcos, de Resende, de Piraí, de Bananal, de Areias chegavam em Parati, Angra e Mangaratiba. Com isso,

¹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo, professora das Faculdades Integradas Campograndenses (FEUC-RJ). Email: mcvas92@yahoo.com.br

² CAPAZ, Camil. *Memórias de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1996, p. 21.

³ MENDES, Alípio. *Angra dos Reis*. Da criação da vila até sua transferência para a atual cidade (1502-1624). Angra dos Reis: Ateneu Angrense de Letras e Artes, 1995, p. 7.

⁴ MACHADO, Lia Osório. *História da ocupação*. Rio de Janeiro: UFRJ, s.d., p. 20.

⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982, p. 184.

⁶ SOUZA, Marina de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p. 37.



moradores se tornaram marinheiros⁷, o excedente da produção local passou a ser vendido aos homens que subiam e desciam a Serra do Mar e armazéns de café foram instalados.

No entanto, após os anos de 1850 houve, gradualmente, uma redução da atuação portuária local, em decorrência da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II que tornou-se responsável pelo transporte do café do vale do Paraíba até a Corte, além do aumento da participação do porto de Santos nas exportações. Na mesma época houve a abolição do tráfico de escravos e o incremento do tráfico inter e intra-provincial, encarecendo o preço dos cativos. Mediante tais acontecimentos, a população angrése começou a sofrer com uma crise econômica que só foi revertida na segunda década do século XX. Ao lado desta deu-se uma transformação demográfica na região⁸.

Entre os anos de 1840 e 1856 houve um crescimento anual da população livre de 2,02%, enquanto, entre os cativos ocorreu um decréscimo de 0,55%. De 1856 a 1872, os livres cresceram a uma taxa de 0,25% ao ano e o número de escravos reduziu-se 4,60%, ao ano.⁹ Isto é, durante a primeira metade do século XIX, o aumento numérico de livres foi maior do que após a década de 1850. Este comportamento esteve associado ao dinamismo econômico vinculado aos portos angrénses. Durante os anos em que houve o transporte do café por Angra, instalaram-se armazéns de café e, possivelmente, representantes de comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro. Após 1850, quando a atividade comercial reduziu-se, a região tornou-se menos atrativa. Quanto aos escravos, chama a atenção a grande redução numérica na segunda metade do século. Alguns angrénses tiveram mais dificuldades em adquirir braços, em função do aumento do preço dos cativos; outros, em apuros econômicos, venderam seus escravos para as áreas de ponta da economia imperial. Além do mais, devemos levar em conta também os óbitos e as alforrias.

O número total de escravos em 1840 era de 10.552; em 1850, de 10.480; em 1856, 9.659; e em 1872, 4.544. Ao lado da redução de escravos, a participação destes sobre a população total também diminuiu: em 1840 eram 46,7%, enquanto em 1872 perfaziam 20,8%.¹⁰ Quanto às origens dos cativos, em 1856, 6.043 (62,6%) eram crioulos e 3.616 (37,4%), africanos. No ano de 1872, os números foram de 3.768 (82,9%) e 776 (17,1%), respectivamente¹¹. Ou seja, além da redução de escravos, este grupo passou a ser, gradativamente, representado por cativos nascidos no Brasil.

⁷ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975, p. 388.

⁸ VASCONCELLOS, Márcia Cristina. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. 2006. 273 p. Tese de Doutorado – USP, São Paulo.

⁹ Biblioteca Nacional (BN), Seção de Microfilmes, *Relatórios de Presidentes de Província do Rio de Janeiro, 1841, 1851 e 1858*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Biblioteca, *Censo Nacional de 1872*.

¹⁰ BN, *Relatórios de Presidentes de Província do Rio de Janeiro, 1841, 1851 e 1858*. IHGB, *Censo Nacional de 1872*.

¹¹ BN, *Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro de 1858*. IHGB, *Censo Nacional de 1872*.



Destes, em 1872, 97,7% eram naturais da província do Rio de Janeiro¹², provavelmente, homens e mulheres angrenses.

Portanto, é no contexto de transformações econômicas e demográficas verificadas em Angra dos Reis no século XIX que a maternidade e o compadrio são estudados.

A partir dos anos de 1980 e 1990 começaram a surgir estudos que, por meio da análise de registros paroquiais e cartoriais, comprovaram a existência de famílias entre os escravos, revertendo o quadro até então propagado pela historiografia, de uma vida em cativeiro sem regras, baseada na promiscuidade, onde a troca de parceiros era a norma e as mulheres efetuavam, com frequência, abortos para que seus filhos não viessem a ter o mesmo destino, dentre outros¹³.

Visando colaborar para a produção do conhecimento sobre o tema, no presente texto avaliamos alguns aspectos das vidas de mães cativas solteiras que viviam em Angra dos Reis: suas origens, os intervalos entre os nascimentos de seus filhos e a escolha de padrinhos e madrinhas, quando do batismo das crianças.

Antes de iniciarmos a análise faz-se necessário algumas observações: em primeiro lugar, mães ditas solteiras eram aquelas que não estavam envolvidas em relações legitimadas pela Igreja Católica, o que não significa que vivessem em “promiscuidade”. Poderiam ter engravidado de parceiros estáveis, mas também após atos de violência sexual, comum entre indivíduos que, em tese, não tinham a “posse” de seus corpos.

A partir da análise dos inventários de escravistas vemos o aumento de famílias encabeçadas por mães solteiras: entre 1827 e 1848, 40 (35,5%) eram formadas pelo casal com ou sem filhos e 83 (67,5%) compreendiam mulheres solteiras e filhos. Do ano de 1849 a 1871 encontramos, respectivamente, 16,6% (25) e 83,4% (125). Isto é, o perfil típico de família escrava era o da mãe solteira e seus rebentos. Dito isto, acreditamos ser necessário a busca de alguns indícios que nos leve a compreender como viviam essas mulheres em meio à dura vida em cativeiro.

Uma das mulheres que vivia em famílias matrifocais era Generosa, de nação, escrava de Pedro Jordão da Silva Vargas. Esta levou, em 1830, seu filho “natural” Roque, nascido a 27 de outubro do mesmo ano, ao batismo, em Mambucaba¹⁴. Muitas foram as mulheres que, como

¹² IHGB, Censo Nacional de 1872.

¹³ Cf. FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO, Manolo Garcia & Góes, José Roberto. A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres. Posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

¹⁴ Livro de batismos de escravos de Mambucaba, 1830-1859. Convento do Carmo. Angra dos Reis, RJ.



Generosa, compareceram ao sacramento na qualidade de mães identificadas nos registros como “solteiras”, de crianças de “pais incógnitos”, ou de crianças “naturais”.

Entre 1805 e 1871, as mães solteiras nascidas no Brasil representaram 627 (46,8%). As africanas, por sua vez, corresponderam a 714 (53,2%)¹⁵. Durante os anos de 1805 a 1837, 396 (55,5%) das mães eram de “nação”, enquanto 318 (44,5 %) eram crioulas. No período de 1838 a 1871, as primeiras representaram 25% (157) e, as segundas, 75% (470)¹⁶. As mães africanas predominaram até 1838 e, em seguida, o percentual de crioulas aumentou. Embora a presença de mulheres provenientes da diáspora continuasse freqüente, chama a atenção a elevação percentual das crioulas. Podemos afirmar que a “crioulização”, ou seja, o processo de nascimentos de cativos na localidade após 1850, a venda de africanas no mercado interno, assim como o gradativo envelhecimento destas, promoveram a inversão percentual. Vale lembrar que as estimativas populacionais presentes nos relatórios de presidentes de província apontavam para o crescimento da população crioula, como visto linhas acima.

Como dito anteriormente, mães solteiras não necessariamente compreendiam mulheres sem parceiros. Pelo contrário, aquela definição traduzia somente que não eram casadas perante a Igreja, mas poderiam estar participando de uniões consensuais duráveis. Seus filhos, por exemplo, poderiam ter seus pais pertencentes a outros senhores¹⁷, criando um entrave à legalização da união do casal. Dentre as mães solteiras havia também aquelas que participaram de uniões fortuitas ou acidentais, envolvendo, por exemplo, seus senhores.

O caso do escravista Antônio de Souza Lima¹⁸, da Ilha Grande, levanta algumas hipóteses. Ele foi citado em quatro registros como proprietário de Benedita, crioula parda, e de seus filhos. Benedita compareceu ao batismo, em 1850, do filho Ambrosio, nascido em 5 de dezembro do mesmo ano. Em 1851, Joaquim, nascido em 17 de dezembro daquele ano, foi convertido à fé cristã. Em 1852 foi a vez de Jacinto, nascido a 3 de julho de 1849. Em 1853 foi batizado Amâncio, nascido em 8 de abril do mesmo ano. O fato de ter tido apenas um escravo adulto, no caso Benedita, citado

¹⁵ Após o cruzamento dos registros paroquiais, elaboramos fichas de famílias escravas, tendo como base os nomes dos proprietários. Cada mãe foi contada uma única vez. Utilizamos, também, os inventários de escravistas como base de informações sobre cativos. (VASCONCELLOS, 2006)

¹⁶ *Livros de batismos de escravos da Ilha Grande de 1805-1847 e de 1850-1861; Livro de batismos de escravos de Mambucaba, 1830-1871; Livro de batismos de escravos da Ribeira, de 1824-1826; Livro de batismos, de casamentos e de óbitos de escravos e de livres de Jacuecanga, 1800-1888.* Convento do Carmo e Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.

¹⁷ Estudos sobre o tema constataram a pouca freqüência de uniões envolvendo escravos de diferentes propriedades. Cf. FARIA, Sheila de Castro. op. cit.; SLENES, Robert. op. cit.; MOTTA, José Flavio. op. cit.; VASCONCELLOS, Márcia Cristina. op. cit.

¹⁸ Segundo o *Almanak Laemmert*, nas edições de 1856 a 1885, ele era proprietário, fazendeiro e lavrador de café, na Ilha Grande.



nos registros¹⁹, pode ser um indício de que Antônio de Souza Lima era pequeno proprietário de escravos. Isto deixa em aberto a idéia de que Benedita não deveria ter, na propriedade em que vivia, muitas possibilidades de escolha de parceiros. Desta forma, seus filhos deveriam ter como pai, ou um escravo pertencente a outra propriedade, dificultando qualquer possibilidade de regularização da união, um forro ou um livre. A frequência com que Benedita teve seus filhos pode ser uma pista de que ela estava inserida num relacionamento estável. Ela pariu, no mínimo²⁰, quatro crianças e elas nasceram em intervalos de um ano e cinco meses, entre o primeiro e o segundo filho; de um ano, entre o segundo e o terceiro; e de um ano e quatro meses, entre o terceiro e o quarto filho. Ou seja, intervalos semelhantes.

Das mães solteiras contadas, 61 (3,9%) conseguiram casar após ter filhos naturais. Foram 30 (51,7%) africanas e 28 (48,3%) crioulas²¹. Isto é, a grande maioria das mulheres permaneceu solteira. Destas mulheres, 46 (75,4%) batizaram apenas um filho ilegítimo; 12 (19,7%) tiveram dois filhos; e três (4,9%) tiveram três filhos naturais. Os números de filhos correspondem, na verdade, àquelas crianças que sobreviveram e das quais conseguimos localizar seus registros. Ou seja, correspondem ao número mínimo de filhos nascidos antes do casamento de suas mães.

Conseqüentemente, à medida que o percentual de famílias legitimadas pelo casamento decrescia, as mães solteiras com seus filhos foram se tornando mais comuns em Angra dos Reis. Entre 1805-1837, muitas foram de origem africana. Nos anos de 1838-1871 predominaram as mães nascidas no Brasil. Algumas poucas escravas, entre africanas e crioulas, conseguiram casar após terem tido, geralmente, um filho natural. A maternidade foi um caminho encontrado para a conformação do perfil típico das famílias escravas de Angra, aquelas encabeçadas por mulheres, aparentemente, solteiras. Da mesma forma, a procriação, por vezes, antecedeu a legalização da união sacramentada, podendo, até mesmo, favorecer-la.

A procriação foi um meio pelo qual foram constituídas muitas das famílias escravas de Angra. Como no município as mães solteiras foram comuns, os filhos significaram a formação ou ampliação de muitas famílias, incluindo a participação de padrinhos e madrinhas. A seguir, analisamos os registros de batismo de crianças ilegítimas.

¹⁹ Verificamos os demais pais dos batizados, padrinhos, madrinhas, nos registros de batismo; e noivos e testemunhas, nos registros de casamentos.

²⁰ Não podemos afirmar veementemente que a cativa teve apenas quatro filhos, pois os registros informam apenas as crianças que chegaram ao batismo, pois era freqüente recém-nascidos morrerem na hora do parto. Vale destacar também a possibilidade de outros registros paroquiais terem se perdido com o tempo.

²¹ Houve três mães solteiras com origens desconhecidas que casaram.



Ritual responsável pela purificação do pecado original, o batismo oferecia ao pagão a passagem ao cristianismo, sendo-lhe conferido um nome cristão ou de um santo, tornando-o apto a participar das cerimônias da Igreja, além de adquirir igualdade, humanidade e liberdade. Como afirma Brugger, “o batismo constituiu-se no principal sacramento da religião católica, na medida em que marcava o ingresso do indivíduo na comunidade cristã e a remissão do pecado original”²².

Existiam determinadas regras na hora da escolha dos “pais espirituais”, forma como eram compreendidos os padrinhos e as madrinhas: não poderiam ser os pais carnis, deveriam ser batizados e conhecedores da doutrina católica²³. A eles caberia a formação moral dos afilhados, entendidos como “substitutos eventuais do pai e da mãe, são parcialmente responsáveis pela educação espiritual daquele ou daquela que levaram à pia batismal”²⁴.

Entretanto, no âmbito da sociedade escravista, além das limitações impostas pela Igreja, havia restrições atribuídas ao social: a incompatibilidade de proprietários como padrinhos de seus próprios cativos. Isto ocorria porque a relação de apadrinhamento correspondia à formação de um vínculo espiritual de proteção e de igualdade entre cristãos, incompatível com a relação social de dominação²⁵.

Entre os registros de batismo do município em estudo, de um total de 3.264 sacramentos envolvendo crianças legítimas (fruto de uniões sacramentadas pela Igreja) e naturais, encontramos oito registros onde os proprietários apareceram como padrinhos de seus próprios escravos, compreendendo 0,2% dos sacramentos²⁶. O mesmo padrão foi verificado em várias localidades, como Campos, nos séculos XVII e XVIII²⁷; no Recôncavo Baiano, no período colonial²⁸; e em São João del Rei, entre 1736 e 1850, quando em 1,1% das cerimônias, os proprietários foram padrinhos de seus escravos²⁹.

²² BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: annablume, 2007. p. 283.

²³ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 39.

²⁴ LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André et al. (orgs.). *O choque das modernidades*. Ásia, África, América e Europa. Lisboa: Terramar, 1998. vol. 3. p. 89.

²⁵ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. op. cit.

²⁶ *Livros de batismos de escravos da Ilha Grande de 1805-1847 e de 1850-1861; Livro de batismos de escravos de Mambucaba, 1830-1871; Livro de batismos de escravos da Ribeira, 1824-1826; e Livro de batismos, casamentos e óbitos de escravos e de livres de Jacuecanga, 1800-1888*. Convento do Carmo e Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.

²⁷ FARIA, Sheila de Castro. op. cit. p. 310.

²⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 331.

²⁹ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. op. cit. p. 286.



Além da conversão do pagão ao cristianismo, as cerimônias e os registros de batismo desempenharam algumas funções práticas, como registrar, por escrito, doações, concessões de alforrias e até a comunicação de compra dos batizados. Casos de doações, com assinatura inclusive de testemunhas, foram vistos em vinte e um registros, correspondendo a 0,6%. Os batizados foram doados pelos proprietários aos herdeiros, correspondendo a 11 casos, seguido por sete doações aos netos, duas aos sobrinhos e uma à irmã.

O batismo de crianças criava um duplo laço, o de compadrio, envolvendo os pais e os padrinhos, e o de apadrinhamento, celebrando a associação entre batizados e padrinhos. Estes laços resultavam de escolhas efetuadas, quase sempre, pelos pais dos batizados. Escolhas que definiam estratégias e objetivos que variavam de acordo com os participantes, suas situações sociais e a legitimidade dos batizados. Correspondeu a um vínculo que, além de selecionar “pais espirituais”, criava e reforçava amizades, solidariedades e conhecimentos. Entretanto, não podemos descartar a possibilidade de interferência senhorial também neste momento.

Entre os anos de 1805-1848 foram batizadas 523 (31,5%) crianças legítimas e 1137 (68,5%) ilegítimas. Entre 1848-1871, encontramos, respectivamente, 219 (14,1%) e 1336 (85,9%)³⁰. Quanto à idade no momento do batismo, a grande maioria das crianças ilegítimas tinha até seis meses, 1688 (76,6%). Com sete a 12 meses, encontramos 378 (17,2%) batizados; e, acima do primeiro ano de vida, 138 (6,2%)³¹. Devido à alta taxa de mortalidade infantil, o batismo foi buscado tão logo fosse possível o comparecimento do recém-nascido à cerimônia. Desta forma, evitava-se a morte daquele sem a devida conversão ao cristianismo, permitindo-lhe a entrada no reino dos céus. Tal preocupação pode ser vista, por exemplo, nos batismos “em perigo de vida”, ministrados aos recém-nascidos, buscando a rápida conversão dos mesmos. Foram batismos realizados às pressas, muitas vezes em residências e sem a presença de padrinhos e madrinhas. De seis casos localizados, o batismo de Manoel, de um mês, em Jacuecanga, é digno de nota. O pequeno foi batizado em 1861, em residência de seu proprietário, o Comendador Manoel Teixeira da Cunha, não havendo a nomeação de padrinho ou de madrinha. No registro encontramos a observação, “batizado em casa em perigo de vida”³². Devemos destacar, também, a necessidade encontrada por senhores em legitimar a posse de recém-nascidos, resultando daí a rapidez com que ocorreram muitas das cerimônias.

³⁰ Em 49 cerimônias não conseguimos identificar o grau de legitimidade dos batizados.

³¹ Não foram contabilizados 172 de ilegítimos por falta de dados.

³² *Livro de batismos, de casamentos e de óbitos de livres e escravos de Jacuecanga, 1800-1871*. Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.



Entre os anos de 1805 a 1837, os padrinhos escravos de ilegítimos corresponderam a 282 (32,7%); os forros chegaram a 47 (5,5%); e os livres estiveram presentes em 532 (61,9%) das cerimônias. No período de 1838 até 1871, foram, respectivamente, 720 (45,3%), 66 (4,2%) e 803 (50,5%)³³. Observamos que as mães contraíam, preferencialmente, compadrio com homens livres, representando protetores em situação social mais favorável. Podemos explicar esta tendência com os seguintes argumentos: buscava-se possíveis aliados; havia mulheres que conviviam mais com o “mundo” dos livres, como aquelas que habitavam em pequenas escravarias (com um a cinco cativos), daí o percentual de padrinhos livres. No entanto, a frequência de escravos tendeu a elevar-se, representando um maior interesse ou necessidade em se concretizar ou fortalecer laços de amizade em meio à comunidade escrava, num contexto cada vez mais desfavorável para os cativos. Destes escravos, a maior parte pertencia a propriedades diferentes dos afilhados e suas mães: 58,6% (154), entre 1805 e 1837, e 58,3% (394), entre 1838 e 1871. Compadres de mesmo senhor estiveram presentes em 41,4% (109) e 41,7% (391), respectivamente.

Quanto à seleção de madrinhas para seus filhos, as solteiras escolheram, entre 1805 e 1837, 272 (37,7%) escravas, 51 (7,1%) forras, e 398 (55,2%) livres. Entre 1838 e 1871, os percentuais foram 62,0% (608), 4,2% (41) e 33,8% (332), respectivamente. Das escravas, 103 (39,9%) pertenciam ao mesmo senhor que seus afilhados, entre 1805 e 1837, enquanto 155 (60,1%) viviam em outras propriedades. No período de 1838 e 1871, encontramos 226 (40,0%) e 339 (60,0%)³⁴.

Portanto, entre 1805 e 1871, as famílias matrifocais eram frequentes, sendo o batismo um momento importante para a ampliação dos vínculos. Nos anos até 1837, houve uma tendência a compadres e comadres livres, resultando do objetivo em se efetuar laços com indivíduos em condição social mais favorável, podendo vir a auxiliar as mães solteiras em momentos adversos. No entanto, após 1838, a presença de escravos tornou-se cada vez mais frequente, representando uma aproximação à comunidade cativa, em meio à redução desta e ao processo de “crioulização”.

Bibliografia

³³ Livros de batismos de escravos da Ilha Grande de 1805-1847 e de 1850-1861; Livro de batismos de escravos de Mambucaba, 1830-1871; Livro de batismos de escravos da Ribeira, 1824-1826; e Livro de batismos, casamentos e óbitos de escravos e de livres de Jacuecanga, 1800-1888. Convento do Carmo e Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.

³⁴ Livros de batismos de escravos da Ilha Grande de 1805-1847 e de 1850-1861; Livro de batismos de escravos de Mambucaba, 1830-1871; Livro de batismos de escravos da Ribeira, 1824-1826; e Livro de batismos, casamentos e óbitos de escravos e de livres de Jacuecanga, 1800-1888. Convento do Carmo e Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.



Fontes

ANTONIL, André João (1982). *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp. *Censo Nacional de 1872*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, RJ.

Livro de batismos de escravos da Freguesia da Ilha Grande, 1805-1830. Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.

Livro de batismos de escravos da Freguesia da Ilha Grande, 1847-1861. Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.

Livro de batismos de escravos da Freguesia de Mambucaba, 1830-1859. Convento do Carmo, Angra dos Reis, RJ.

Livro de batismos de escravos da Freguesia de Mambucaba, 1860-1871. Convento do Carmo, Angra dos Reis, RJ.

Livro de batismos de escravos da Freguesia da Ribeira, 1824-1826. Convento do Carmo, Angra dos Reis, RJ.

Livro de batismos, casamentos e óbitos de livres e de escravos da Freguesia de Jacuecanga, 1800-1871. Igreja de Jacuecanga, Angra dos Reis, RJ.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp. 1975.

Relatórios de Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos de 1841, de 1851 e de 1858. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Livros, artigos, dissertações e teses

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CAPAZ, Camil. *Memórias de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1996.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo Garcia & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 33-59.

LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André et al. (orgs). *O choque das modernidades*. Ásia, África, América e Europa. Lisboa: Terramar, 1998, vol 3, pp. 8-134.



LIMA, Honório. *Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis*. 2 ed. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal., 1972.

MACHADO, Lia Osório. *História da ocupação*. Rio de Janeiro: UFRJ, s/d.

MENDES, Alípio. *Angra dos Reis*. Da criação da vila até sua transferência para a atual cidade (1502-1624). Angra dos Reis: Ateneu Angrense de Letras e Artes, 1995.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. Posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Marina de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina de (2006). *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. 2006. 273 p. Tese de Doutorado em História Econômica-USP, São Paulo.

_____ (2002). *Pais e filhos nos limites da escravidão*. São Paulo: Nativa.